



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## ENTRE A CIDADE E A TRADIÇÃO: A PRESENÇA INDÍGENA E QUILOMBOLA NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO GRANDE/MS

*Karoline Barretos Umar<sup>1</sup>*

*Murilo de Castro Ferreira<sup>2</sup>*

*Rafael Oliveira Fonseca<sup>3</sup>*

### INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira, marcado por profundas desigualdades, tem se expandido de forma particularmente agressiva sobre territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e comunidades quilombolas. Em Mato Grosso do Sul, estado com uma das maiores populações indígenas do país, esse fenômeno adquire contornos específicos.

Campo Grande, sua capital, registrou um crescimento populacional significativo nas últimas décadas, saltando de aproximadamente 600 mil habitantes no ano 2000 para mais de 900 mil em 2022 (IBGE, 2022). Essa expansão demográfica e espacial, orientada pela lógica da cidade capitalista—pautada pela valorização do espaço e pela segregação socioespacial—colide frontalmente com territorialidades ancestrais e modos de vida coletivos. A capital sul-mato-grossense conhecida como "Cidade Morena", emblemática por sua raiz étnica diversa, torna-se, assim, um palco privilegiado para observar essas tensões, onde a presença de comunidades tradicionais no tecido urbano desafia narrativas homogeneizantes do desenvolvimento.

Neste contexto, a Aldeia Urbana Marçal de Souza e a Comunidade Quilombola Tia Eva emergem como casos paradigmáticos de resistência e adaptação. Ambas localizadas no perímetro urbano de Campo Grande, estas comunidades enfrentam o que Haesbaert (2004) denomina de "continuum" de relações de dominação e apropriação, que vão da pressão econômica concreta à disputa simbólico-cultural. A expansão da cidade sobre esses territórios gera uma tensão constante, conforme destacam Santos (1996) e Haesbaert (2004), entre a

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

<sup>2</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

lógica capitalista de produção do espaço — pautada pela mercantilização do solo e pela especulação imobiliária — e as territorialidades fundadas na ancestralidade, no coletivo e no uso simbólico da terra, resultando em conflitos fundiários e desafios incessantes para a preservação cultural.

Campo Grande apresenta uma dinâmica urbana singular, cujo dinamismo econômico está centrado majoritariamente no setor público-administrativo e de serviços, diferenciando-se da lógica agroexportadora que domina o interior do estado. No entanto, como analisa Carlos (1992), essa aparente "modernização" não elimina as contradições do desenvolvimento regional. Pelo contrário, políticas públicas urbanas frequentemente negligenciam os direitos territoriais específicos desses grupos. Carlos (1992, p. 45) argumenta que o planejamento urbano, em geral, insiste em tratar essas áreas como "bolsões de pobreza a serem integrados", e não como detentores de culturas e territorialidades distintas. Essa dualidade entre modernização e tradição revela os limites de um modelo de urbanização que não dialoga com a pluralidade de atores que constituem a cidade.

Diante deste cenário, o problema de pesquisa que norteia este artigo se pauta em um questionamento. De que maneira as comunidades Marçal de Souza (indígena Terena) e Tia Eva (quilombola) resistem, adaptam-se e ressignificam suas territorialidades no contexto urbano de Campo Grande/MS e quais as consequências socioespaciais dessas estratégias face à pressão urbana?

A relevância deste trabalho reside em sua contribuição para os campos da Geografia Urbana e Cultural, atrelados ao ordenamento do território, articulando debates teóricos sobre a produção do espaço e a multiterritorialidade com questões sociais e étnicas urgentes.

Ao investigar a potência dessas comunidades em ressignificar a urbanização, este artigo busca oferecer subsídios teóricos e empíricos que contribuam para a construção de cidades verdadeiramente plurais e inclusivas, bem como que reconheçam e incorporem outras racionalidades espaciais para além da lógica mercantil, conforme preconiza Lefebvre (1999) em sua defesa do "direito à cidade".

## METODOLOGIA

Para atingirmos os objetivos propostos, este estudo adotou uma abordagem multimodal, articulando técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, além de atividades de



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

campo e o emprego de técnicas de geoprocessamento de dados. A estratégia metodológica concentrou-se em três eixos principais, desenhados para captar tanto as dimensões materiais quanto as percepções subjetivas inerentes ao objeto de estudo.

O primeiro eixo consistiu em uma revisão bibliográfica crítica, com foco em autores clássicos e contemporâneos como Milton Santos, Haesbaert e Oliveira, cujas discussões sobre territorialidade, segregação urbana e resistência cultural forneceram o arcabouço teórico-conceitual fundamental para a análise.

O segundo eixo compreendeu um trabalho de campo etnográfico, realizado por meio de observação participante na Aldeia Urbana Marçal de Souza e no Quilombo Tia Eva. Esta imersão no cotidiano das comunidades foi complementada por pesquisas de opinião pública anônima, utilizando questionários objetivos que garantiram o anonimato dos participantes e permitiram avaliar sistematicamente a percepção da comunidade sobre as políticas públicas urbanas. Esta abordagem permitiu mapear tendências e gerar subsídios concretos para políticas públicas mais direcionadas, mantendo o foco analítico na relação entre urbanização e culturas tradicionais.

O terceiro eixo consistiu em análise espacial quantitativa e qualitativa, empregando técnicas de georreferenciamento com auxílio do Google Earth Pro e processamento de imagens de satélite multitemporais (considerando o período 2002-2025). Esta abordagem permitiu mapear e quantificar as transformações territoriais no entorno das comunidades, correlacionando dados de uso e ocupação do solo com indicadores de pressão urbana e valorização imobiliária.

## **ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA E QUILOMBO TIA EVA: ANÁLISE COMPARATIVA DA RESISTÊNCIA TERRITORIAL**

### **Formação histórica e inserção urbana**

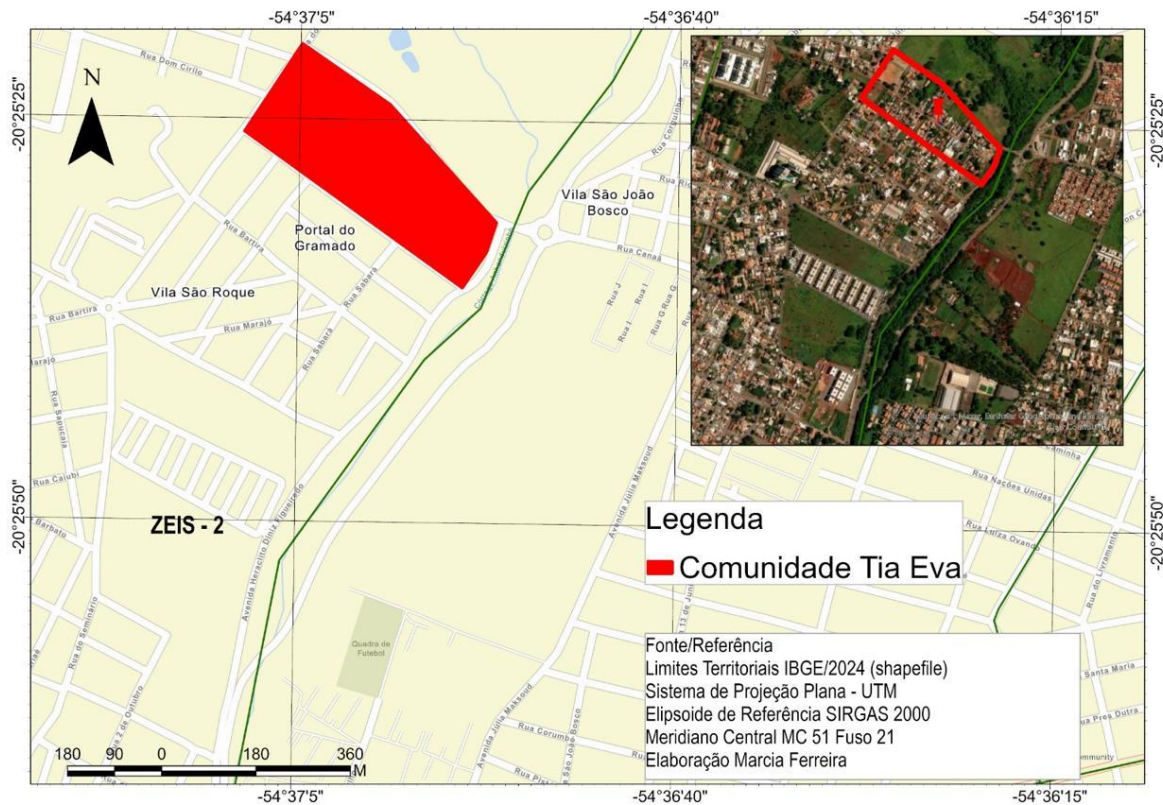
A Comunidade Quilombola Tia Eva constitui-se como um dos raros remanescentes quilombolas situados no perímetro urbano de uma capital brasileira. Sua história está intrinsecamente ligada à trajetória de Eva Maria de Jesus – Tia Eva –, que, após obter sua alforria em 1887, adquiriu terras em Campo Grande em 1910, onde fixou residência e deu início ao que hoje é a comunidade (Salem, 1999, p. 14). Essa formação histórica singular ocorre em



um contexto de intensa urbanização, que, conforme aponta o IBGE (2022), fez a população de Campo Grande saltar de aproximadamente 600 mil para mais de 900 mil habitantes entre 2000 e 2022, pressionando territórios tradicionais. Conforme ilustrado na figura 1, a Comunidade Quilombola Tia Eva localiza-se no perímetro urbano da cidade de Campo Grande/MS, demonstrando sua posição estratégica no tecido urbano campo-grandense.

A comunidade, hoje tombada como patrimônio municipal, mantém sua presença simbólica e física em meio a um entorno urbanizado, representando o que Machado e Maciel (2017, p. 158) chamam de “espaço de reconstrução identitária”, onde a memória coletiva e as práticas culturais resistem à lógica homogeneizante da cidade capitalista.

**Figura 1:** Mapa de localização da comunidade Tia Eva no perímetro urbano



Fonte: elaboração própria com apoio técnico de Marcia Ferreira (2025)

## Estratégias de Resistência e Reforço Identitário

Diante do enclausuramento territorial e da pressão imobiliária, a comunidade Tia Eva mantém vivas práticas culturais e religiosas que reforçam sua identidade. A Festa de São Benedito, por exemplo, é descrita não apenas como uma celebração religiosa, mas como um



“ato de reexistência” (Machado; Maciel, 2017, p. 163), que ressignifica o espaço comunitário e o projeta para além dos limites físicos do quilombo.

Além disso, a comunidade utiliza-se de instrumentos associativos e esportivos para fortalecer seus laços internos e visibilidade externa. Conforme relata um líder comunitário, o “Torneio Tia Eva” de futebol é mais do que uma competição: “é uma forma de dizer que existimos” (Machado; Maciel, 2017, p. 164). Essas iniciativas ilustram o que Cerutti e Viruez (2015, p. 8) identificam como “ferramentas de integração e afirmação das identidades afrodescendentes”.

A Comunidade Quilombola Tia Eva constitui um dos mais significativos territórios urbanos de matriz africana em Campo Grande. Sua trajetória é marcada por lutas por reconhecimento e pela manutenção de práticas culturais ancestrais em meio à expansão da cidade. Em 2025, a comunidade alcançou um marco fundamental: o reconhecimento federal como território quilombola (Campo Grande News, 2025), após anos de reivindicações por regularização fundiária. Essa conquista não apenas legitima sua presença histórica no tecido urbano, mas também fortalece instrumentos de defesa contra a pressão imobiliária e a especulação.

## **Aldeia Urbana Marçal de Souza: Multiterritorialidade e Pressão Urbana**

### **Contexto de Ocupação e Reconhecimento**

A Aldeia Urbana Marçal de Souza, composta majoritariamente por famílias Terena, representa uma experiência distinta de territorialidade indígena em meio ao espaço urbano. Sua ocupação está diretamente associada a processos de luta por moradia e reconhecimento étnico na capital. Conforme observa Cardoso et al. (2020, p. 4), “a aldeia surge como uma resposta à necessidade de habitação, mas também como uma reivindicação por visibilidade e direitos específicos”. Como demonstra a figura 2, a Aldeia Urbana Marçal de Souza situa-se no bairro Tiradentes, na zona leste da cidade de Campo Grande, evidenciando sua inserção no contexto metropolitano de Campo Grande.

Localizada em uma área valorizada pela especulação imobiliária, a aldeia vive uma tensão permanente entre a lógica comunal Terena e a dinâmica individualista da cidade. Essa sobreposição de territorialidades é analisada por Haesbaert (2004, p. 157) como



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

“multiterritorialidade”, onde o sujeito “vive, simultaneamente, territórios diversos”, articulando o espaço da tradição com o espaço urbano.

**Figura 2:** Mapa de localização da Aldeia Marçal de Souza no perímetro urbano



Fonte: elaboração própria com apoio técnico de Marcia Ferreira (2025)

## Conflitos e Estratégias de Ressignificação

A comunidade enfrenta ameaças concretas à sua integridade territorial, como a grilagem e a expansão de empreendimentos imobiliários. Dados de georreferenciamento mostram que o entorno da aldeia passou por significativa valorização nos últimos anos, o que intensifica o cerco ao território indígena. Esse processo é exemplar do que Carlos (1992, p. 78) descreve como a “transformação do solo urbano em mercadoria”, subordinando outras racionalidades espaciais.

Apesar dessas pressões, a comunidade mantém práticas agrícolas e rituais que reafirmam sua cultura. Como relata uma moradora durante a pesquisa de campo: “*Aqui a gente planta, colhe e faz nossa reza. A cidade vem chegando, mas nossa tradição não pode acabar*”. Essa



fala evidencia o que Oliveira (2015, p. 89) chama de “estratégias de reprodução cultural”, que permitem a continuidade do modo de vida Terena mesmo em contexto urbano.

## **Análise Comparativa: resistência e diálogo com a cidade**

Tanto a Comunidade Tia Eva quanto a Aldeia Marçal de Souza enfrentam processos semelhantes de pressão urbana, mas respondem com estratégias adaptadas às suas respectivas histórias e culturas. Enquanto o quilombo fortalece sua identidade por meio de manifestações religiosas e esportivas, a aldeia indígena prioriza a manutenção de práticas agrícolas e a gestão comunitária do espaço.

Ambas as comunidades, no entanto, compartilham o desafio de negociar sua presença com o poder público. Conforme aponta Carlos (1992, p. 45), o planejamento urbano frequentemente trata essas áreas como “bolsões de pobreza a serem integrados”, ignorando suas especificidades culturais. Essa visão é contestada pelas próprias comunidades, que, por meio de suas existências e ações, reivindicam o que Lefebvre (1999) definiu como o “direito à cidade” – um direito que inclui a diferença e a possibilidade de produzir espaços urbanos plurais.

Nesse sentido, tanto a Tia Eva quanto a Marçal de Souza exemplificam o que Machado e Maciel (2017, p. 167) identificam como “comunidades que não apenas resistem, mas reinventam-se no contexto urbano”, tornando-se agentes ativos na produção de uma cidade mais diversa e inclusiva.

## **Análise espacial: transformações territoriais e pressão urbana**

Como previsto no eixo metodológico de análise espacial, foram utilizadas técnicas de georreferenciamento e processamento de imagens de satélite multitemporais para mapear e quantificar as transformações no entorno das comunidades investigadas. O período analisado (2002-2025) coincide com o crescimento populacional acelerado de Campo Grande, registrado pelo IBGE (2022).

Para a Aldeia Urbana Marçal de Souza, as imagens de satélite revelam um progressivo enclausuramento territorial. Em 2002, a aldeia mantinha uma zona de amortecimento significativa com áreas vegetadas em seu entorno. Até 2025, registrou-se um



avanço substancial da malha urbana formal, com substituição de áreas verdes por loteamentos e condomínios fechados, resultando na fragmentação do território tradicional pelo avanço do tecido urbano formal.

A análise comparativa das imagens de satélite de 2002 (figura 3) e 2025 (Figura 4) revela o progressivo enclausuramento territorial da Aldeia Marçal de Souza. Em 2002, observa-se um entorno ainda marcado por significativas áreas verdes e uma malha urbana menos densa, com clara distinção entre o tecido urbano consolidado e a zona de transição onde se inseria o território tradicional Terena. A aldeia mantinha naquele período uma zona de amortecimento considerável, com amplos espaços não ocupados que permitiam a prática de atividades agrícolas e a reprodução de modos de vida tradicionais.

**Figura 3:** Território da Aldeia Marçal de Souza em 2002



**Fonte:** Google Earth Pro (2025). Adaptado pelos autores.

Duas décadas depois, a imagem de 2025 (figura 4), constata uma transformação radical na paisagem: o avanço acelerado de loteamentos residenciais e condomínios horizontais criou um verdadeiro cerco urbano sobre o território indígena.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A redução drástica das áreas verdes é visível, assim como a fragmentação do espaço comunitário pela abertura de novas vias e a implantação de empreendimentos imobiliários que ignoram a preexistência da aldeia. Este processo de enclausuramento materializa o que Haesbaert (2004) identifica como "continuum de dominação", onde a lógica capitalista de produção do espaço avança sobre territorialidades tradicionais, restringindo progressivamente sua área de influência e dificultando a reprodução cultural.

Estes dados espaciais materializam o conceito de "continuum de dominação" discutido por Haesbaert (2004), demonstrando como a pressão urbana opera tanto por mecanismos materiais (expansão física) quanto simbólicos (valorização especulativa do solo). A análise cartográfica evidencia que ambas as comunidades funcionam como ilhas de territorialidade tradicional em um mar de lógica imobiliária capitalista, conforme descrito por Carlos (1992).

**Figura 4:** Território da Aldeia Marçal de Souza em 2025



**Fonte:** Google Earth Pro (2025). Adaptado pelos autores.

As figuras 5 e 6 evidenciam visualmente o processo de confinamento territorial vivenciado pelo Quilombo Tia Eva. A imagem de 2002 (Figura 5) mostra uma comunidade com considerável extensão territorial, ainda integrada a uma paisagem rural-periurbana que se



estendia entre a Avenida Euler e o Jardim Seminário. Neste período, era possível identificar claramente os limites do território quilombola, que mantinha características rurais com amplos quintais produtivos, áreas de cultivo e vegetação nativa preservada, configurando um espaço de reprodução física e cultural da comunidade.

**Figura 5:** Território da Comunidade Quilombola Tia Eva em 2002



**Fonte:** Google Earth Pro (2025). Adaptado pelos autores.

Em contraste, a imagem de 2025 (Figura 6) demonstra um cenário radicalmente transformado pela pressão urbana: o território original foi drasticamente reduzido, confinando-se atualmente a apenas quatro ruas delimitadas. O avanço da malha urbana formal sobre as áreas limítrofes criou uma fronteira rígida entre o espaço quilombola e o restante da cidade, com a substituição de áreas vegetadas por loteamentos densamente ocupados.





# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

estrutura demonstra uma articulação entre o institucional e o tradicional, conforme discutido por Haesbaert (2004) em sua abordagem sobre multiterritorialidade.

Sobre a pressão da urbanização, os participantes relataram sentimentos ambíguos. Por um lado, reconheceram melhorias urbanas, como a chegada do asfalto e de serviços de infraestrutura. Por outro, expressaram preocupação com o aumento da insegurança e de problemas sociais, como o uso de drogas em áreas limítrofes. Em uma fala representativa, alguém comentou: *“Aqui a gente sofre com coisas que não existiam antes: muito movimento, muito carro, e a presença de usuários de drogas perturba a paz das famílias, principalmente das crianças”*.

No âmbito cultural e identitário, os participantes enfatizaram um movimento de resgate da língua e dos saberes Terena. Foi mencionado que a escola local tem sido uma aliada, inserindo o ensino da língua indígena no currículo. No entanto, também houve relatos sobre a perda linguística intergeracional, resultado de um passado de preconceito e assimilação forçada. Uma fala sintetizou esse sentimento: *“Nossa língua quase se perdeu. Hoje, estamos reaprendendo e ensinando às crianças, mas é uma luta contra o tempo e contra as marcas do passado”*.

A artesanaria foi destacada como uma fonte de renda e um meio de visibilidade cultural, sobretudo para as mulheres. No entanto, a comunidade ressentiu-se da falta de políticas públicas efetivas que apoiem essa atividade de forma contínua e estruturante. Como mencionado por um dos participantes: *“A gente participa de feiras, mas falta apoio real. Muitas vezes somos mais usados como imagem do que de fato apoiados”*.

A questão fundiária também foi pauta. A comunidade lamentou a redução progressiva do território, hoje restrito a poucas ruas, e a falta de demarcação formal, o que a torna vulnerável à especulação imobiliária. Alguém observou: *“Antes éramos maiores. A cidade foi fechando a gente, e hoje vivemos cercados por condomínios”*.

Por fim, a relação com o poder público foi avaliada de forma crítica e contextual. Lembrou-se de gestões municipais que promoveram diálogo e investimentos – como a que viabilizou a revitalização do memorial da comunidade –, contrastando com outras marcadas pelo abandono. Essa percepção reforça a ideia de que a efetividade das políticas urbanas está diretamente ligada ao reconhecimento e à escuta das comunidades tradicionais.

Em roda de conversa realizada com membros da Comunidade Quilombola Tia Eva, foram compartilhados importantes reflexões sobre as transformações territoriais e o recente



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

processo de reconhecimento. Os participantes relataram que a comunidade já foi muito mais extensa, estendendo-se originalmente da Avenida Euler até o Jardim Seminário, mas atualmente se encontra confinada a apenas quatro ruas delimitadas. Essa redução espacial foi atribuída a processos históricos de pressão urbana e especulação imobiliária.

Um ponto destacado coletivamente foi o fenômeno de retorno de antigos moradores à comunidade. De acordo com os relatos, esse movimento está diretamente relacionado ao anúncio feito pela AGEHAB (Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul) sobre a construção de 300 unidades habitacionais no território quilombola (Midiamax, 2025). Os participantes interpretaram esse anúncio como um reconhecimento de seu direito à moradia e um estímulo ao retorno de famílias que haviam se dispersado pela cidade.

Durante a conversa, foi possível perceber um sentimento ambivalente em relação a esse projeto habitacional. Por um lado, há expectativa de que as novas moradias possam fortalecer a comunidade e garantir o direito à cidade para as famílias quilombolas. Por outro, manifestou-se preocupação com possíveis impactos na dinâmica comunitária e com a necessidade de que o projeto respeite as especificidades culturais do território.

Essa discussão coletiva evidenciou como as políticas habitacionais podem influenciar na reconfiguração dos territórios tradicionais urbanos, podendo tanto fortalecer a comunidade quanto introduzir novos desafios para a preservação de sua identidade cultural em meio ao processo de urbanização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as estratégias de resistência, adaptação e resignificação territorial empreendidas pela Aldeia Urbana Marçal de Souza e pela Comunidade Quilombola Tia Eva face à pressão da urbanização em Campo Grande/MS. Os resultados demonstram que, longe de serem meras vítimas de um processo homogeneizador, ambas as comunidades se afirmam como agentes ativos na produção do espaço urbano, desafiando as lógicas excludentes da cidade capitalista. A análise revela um "continuum" de disputas territoriais, que vai do embate material e fundiário – expresso no enclausuramento e confinamento progressivos de seus territórios, comprovado pela análise espacial – até a resistência simbólica e cultural, fundamental para a manutenção de suas identidades coletivas.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A persistência de práticas como a agricultura Terena, a Festa de São Benedito, o torneio de futebol e o resgate linguístico não são meros vestígios do passado, mas sim estratégias contemporâneas de (re)existência. Elas materializam o conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2004), pois mostram sujeitos que navegam simultaneamente no território da tradição e no território da cidade formal, articulando-os de maneira complexa e, por vezes, contraditória. As vozes das comunidades, captadas nas rodas de conversa, deixam claro que o direito à cidade, nos termos de Lefebvre (1999), não se resume ao acesso a infraestrutura e serviços urbanos, mas implica, sobretudo, o direito à diferença e à produção de um espaço plural.

Conclui-se que as políticas públicas urbanas, frequentemente pautadas por uma visão que trata esses territórios como "bolsões de pobreza" – conforme crítica de Carlos (1992) –, mostram-se insuficientes e inadequadas. Os casos estudados sinalizam a urgência de um planejamento urbano dialógico que reconheça e incorpore as racionalidades espaciais próprias desses grupos, indo além da mera regularização fundiária e avançando em ações que fortaleçam suas economias, culturas e modos de gestão comunitária.

Por fim, este trabalho reforça que a presença da Aldeia Marçal de Souza e do Quilombo Tia Eva no tecido de Campo Grande não é um problema a ser resolvido, mas uma oportunidade ímpar de se construir uma cidade verdadeiramente justa e plural, onde múltiplas territorialidades possam coexistir e florescer.

**Palavras-chave:** Territorialidade; Comunidades Tradicionais Urbanas; Expansão Urbana; Conflitos Fundiários; Campo Grande.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. 2. ed. Manaus: UEA, 2011.

ARRUTI, J. M. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOSI, A. **Dialética da colonização. Cultura brasileira e culturas brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

CAMPO GRANDE NEWS. **Comunidade Tia Eva é oficialmente reconhecida como território quilombola**. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/comunidade-tia-eva-e-oficialmente-reconhecida-como-territorio-quilombola>. Acesso em: 08 out. 2025.

CARDOSO, J. M. et al. **Aldeias urbanas em Campo Grande-MS: integração ou assimilação**. In: LATINIDADES-FÓRUM LATINOAMERICANO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2020.  
CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CERUTTI, Aline; VIRUEZ, Nelly S. C. Festa de São Benedito na Comunidade Quilombola Tia Eva: frestas para pensar as identidades afro-brasileiras. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES DO BRASIL, 2015. **Anais [...]**. [S. l.]: CONFAEB, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização**. Petrópolis: Vozes, 1996.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FALCÃO, J. C.; INÁCIO, H. L.; VIEIRA, L. R. **De quilombos e quilombolas: aspectos legais e debate legislativo**. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

GOOGLE EARTH PRO. **Área da Aldeia Urbana Marçal de Souza, Campo Grande - MS**. [Imagem de satélite]. 2002. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 08 out. 2025.

GOOGLE EARTH PRO. **Área da Aldeia Urbana Marçal de Souza, Campo Grande - MS**. [Imagem de satélite]. 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 08 out. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GILROY, Paul. "Uma História para não se Passar Adiante": A Memória Viva e o Sublime Escravo. In: GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 351-416.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Aglomerados subnormais - informações territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1999.

MACHADO, M. M. O.; MACIEL, J. C. Territorialidade e Biografia: ao redor de Tia Eva. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 19, n. 33, p. 147-169, 2017.

MATOS, Eliane. **Comunidade São Benedito, Campo Grande – MS: Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Local**. 2004. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

MIDIAMAX. **Em reunião com quilombolas, Vander anuncia construção de 300 casas no Tia Eva**. Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2025/em-reuniao-com-quilombolas-vander-anuncia-construcao-de-300-casas-no-tia-eva/>. Acesso em: 08 out. 2025.

OLIVEIRA, L. E. **Território e cultura: as dinâmicas espaciais dos grupos tradicionais**. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

SALEM, Terezinha de Alencar. **100 mulheres pioneiras de Campo Grande, 100 anos de Campo Grande**. Campo Grande: BPWCG, 1999.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Eva Maria de Jesus (tia Eva). **Anuário Antropológico**, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/317>. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**. Salvador: EdUFBA, 2004.

VALENTIM, R.; TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S. Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 279-287, 2010.